

Esperança

MÁRIO QUINTANA

Lá bem no alto do décimo
segundo andar do Ano
Vive uma louca chamada
Esperança
E ela pensa que quando
todas as sirenas
Todas as buzinas
Todos os reco-reco tocarem
Atira-se
E
— ó delicioso vôo!
Ela será encontrada
miraculosamente incólume
na calçada,
Outra vez criança...
E em torno dela indagará
o povo:
— Como é teu nome,
meninazinha de olhos verdes?
E ela lhes dirá
(É preciso dizer-lhes tudo de
novo!)
Ela lhes dirá bem devagarinho,
para que não esqueçam:
— O meu nome é
ES-PE-RAN-ÇA...



A Diretoria do Sindicato deseja a todos os bancários e bancárias (como disse Dom Hélder Câmara)

**Que o ano seja novo, de fato: iluminemos de justiça,
solidariedade e teimosa esperança, cada ato**

Assembléia aprova orçamento para 2007

Previsão de receitas

As receitas do Sindicato previstas para 2007 são as seguintes:

Grupamentos da receitas	Valor (em R\$)
Contribuição Sindical (Imposto Sindical)	1.800.000,00
Mensalidade dos Sindicalizados	3.600.000,00
Desconto Assistencial	400.000,00
Outras Receitas	400.000,00
Total das Receitas:	6.200.000,00

Contribuição sindical — Conhecida como “Imposto Sindical”, é cobrada no mês de março de todos os bancários, sindicalizados ou não, com valor equivalente à de um dia de trabalho.

Mensalidades — São contribuições voluntárias dos bancários sindicalizados do Distrito Federal, recolhidas mediante consignação em folha de pagamento equivalente a 1% do salário de cada um, com teto de R\$ 58,27, conforme decisão de assembléia geral extraordinária. O teto é reajustado com base nos aumentos salariais.

Desconto assistencial — Decididas em assembléia, são contribuições feitas ao final da campanha salarial para cobrir os custos extraordinários campanha.

Outras receitas — Nessa rubrica são contabilizadas receitas de naturezas diversas, como por exemplo aluguel de espaços do teatro, receitas processuais, financeiras, ressarcimentos de telefone e outros serviços.

Previsão de despesas

As despesas do Sindicato para 2007 estão orçadas nas seguintes rubricas:

Grupamentos das despesas	Valor (em R\$)
Campanha salarial e negociação coletiva	484.000,00
Defesa da liberdade e autonomia sindicais	1.149.000,00
Divulgação das iniciativas do Sindicato	926.000,00
Estruturação material do Sindicato	925.000,00
Utilização de recursos humanos	2.050.000,00
Gastos institucionais eleição de 2007	150.000,00
Obrigações	286.000,00
Reserva para contingência	230.000,00
Total	6.200.000,00

A assembléia geral da categoria realizada no dia 12 de dezembro aprovou o Plano Orçamentário do Sindicato para 2007. O Informativo Bancário publica aqui um resumo das previsões de receitas e despesas da entidade. “É uma forma de prestar contas à categoria e dar transparência à gestão do Sindicato”, diz o secretário financeiro João Batista Machado.



Campanha salarial — Essa conta registra todas as despesas decorrentes da campanha salarial e das negociações com os banqueiros, realizadas em conjunto com os demais sindicatos do país. Aí estão incluídos os gastos com realização de seminários, congressos distrital e nacionais, encontros de bancos, assembléias, infra-estrutura para as mobilizações e paralisações, material impresso do Sindicato durante a campanha, inserções publicitárias em rádio e TV, cartazes, outdoors etc..

Defesa da liberdade e autonomia sindicais — Agrupa as despesas com a participação do Sindicato nas lutas gerais dos trabalhadores pela defesa de seus interesses comuns, como liberdade e autonomia sindicais, contribuições financeiras às entidades às quais o Sindicato é filiado, como CUT, Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo financeiro (Contra/CUT), Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Centro-Norte (Fetec), além de repasses por serviços de assessoria e consultoria prestados por instituições construídas pelo movimento sindical, principalmente o Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos). Aqui também são contabilizadas as despesas com a liberação de dirigentes quando os bancos de origem não arcam com os seus proventos e assinaturas de periódicos de interesse dos trabalhadores, como o jornal editado pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), que acompanha a atuação do Congresso Nacional.

Divulgação — Esse grupamento de contas contempla a comunicação entre o Sindicato e a categoria e entre o Sindicato e a sociedade. Inclui a participação nas publicações de caráter nacional específicas por banco; as

despesas com as comemorações das datas festivas dos bancários e a confecção de faixas de divulgação e convocação; gastos com reuniões, encontros e congressos nacionais da categoria sobre as campanhas permanentes por bancos e sobre temas específicos, como saúde, condições de trabalho, segurança bancária, assédio moral, igualdade de oportunidades etc.

Estruturação material do Sindicato — A manutenção da estrutura física e material está aqui abrangida, exceto a utilizada exclusivamente no grupamento da campanha salarial e negociação coletiva e das eleições sindicais. Para atender a base sindical onde trabalham cerca de 20 mil bancários e prestadores de serviços terceirizados, espalhados em milhares de dependências em todo o DF, o Sindicato precisa ter uma estrutura material adequada, tecnologia moderna e equipamentos, para suporte técnico de comunicação e transporte.

Recursos humanos — É o maior grupamento das despesas. Além da folha de pagamento aí estão incluídas as prestações de serviços com assessoria jurídica, comunicação, contabilidade, saúde e serviços de segurança.

Eleições do Sindicato — Gastos estimados para custear a realização das eleições da nova Diretoria do Sindicato para o triênio 2007/2010, com transporte, mesários, edital e estrutura de informática.

Obrigações — Representam dívidas previstas para serem saldadas em 2007 e outras despesas para manutenção de contas bancárias, recolhimento da CPMF, IOF e Refis.

Reserva para contingência — São valores contingenciais para atender às necessidades emergenciais do Sindicato em 2007.

Terceirização feita pelos bancos é ilegal, acusa Ministério Público

Na sede do Ministério do Trabalho e Emprego, em Brasília, no último dia 11 de dezembro, foi entregue o relatório resultante do processo nacional de fiscalização realizado pelo MTE, a partir das denúncias encaminhadas no ano de 2005.

O material foi produzido a partir das fiscalizações realizadas por uma força-tarefa multidisciplinar composta de auditores do trabalho, engenheiros em segurança e medicina do trabalho, em automação e tecnologia, entre outros. A equipe foi coordenada pela doutora Ruth Beatriz de Vasconcelos Vilela, secretária de Inspeção do Trabalho. Outro órgão importante no enfrentamento da terceirização é o Ministério Público do Trabalho, por meio do setor de combate às fraudes nas relações trabalhistas.

O processo se iniciou em 1º de maio de 2005, quando a



O sindicato de Brasília participou de reunião no Ministério do Trabalho

Confederação Nacional e representantes de sindicatos de bancários entregaram um levantamento-denúncia ao então ministro Ricardo Berzoini. A partir daí, foi criada a força-tarefa multidisciplinar do MTE que visitou postos de serviço das terceirizadas para verificar as condições de trabalho, avaliar os contratos, fazer levantamento da legislação e entrevistar funcionários dos bancos e das prestadoras.

Nesta primeira fase, as áreas fiscalizadas foram as relacionadas com retaguarda, tesouraria e compensação bancárias, o que quer dizer processamento, autenticação e compensação de cheques, malotes e material entregue em caixas eletrônicos, além de transporte de valores de empresas contratadas pelos bancos Bradesco, Unibanco e ABN Amro. De imediato, foram identificados 6 mil

bancários que trabalham para esses bancos sem o respeito à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT).

Se antes havia denúncias dos sindicatos e jurisprudência de ações isoladas na Justiça do Trabalho, agora há um parecer do MTE que responsabiliza exclusivamente os bancos pela ilegalidade.

A rigor, a estratégia de segmentação adotada pelos bancos envolve a captação de recursos e empréstimos em empresas diferentes de uma mesma holding e a oferta de uma infinidade de produtos e serviços financeiros. Mas, na prática, reduz salários e precariza a relação contratual dos trabalhadores. O MTE constatou que, independentemente da região, do banco e da empresa contratada, a organização é igual, o que evidencia um problema de todo o sistema financeiro.

Contraf e Fenaban discutem segurança

A Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e a Fenaban, em reunião realizada no último dia 15, instalaram oficialmente a mesa de negociações sobre segurança bancária.

Durante a reunião, os representantes dos trabalhadores reafirmaram todas as suas reivindicações, que já são conhecidas dos banqueiros. "Fizemos um resgate sobre os problemas de segurança que clientes e bancários enfrentam diariamente nas agências. O número de assaltos a bancos tem crescido muito,

só na região metropolitana de São Paulo aumentou em 68% no último semestre. Fora os seqüestros de bancários e as mortes que ocorreram nos bancos. Só este ano, mais de quinze pessoas perderam suas vidas. Cobramos responsabilidade da Fenaban para negociar uma solução para o problema da segurança", explicou Carlos Cordeiro, secretário-geral da Contraf-CUT.

Os bancários, entretanto, ficaram chocados ao ouvirem dos banqueiros que a Fenaban não tem qualquer proposta para apresentar.

Sindicato tem presidente interino

O diretor José Avelino, do Bradesco, assume interinamente até o dia 19 de janeiro a presidência do Sindicato durante o período de férias do presidente, Jacy Afonso.



Informativo Bancário tira férias em janeiro

Em função das férias coletivas dos funcionários do Sindicato, que funcionará em regime de plantão, o *Informativo Bancário* deixará de circular durante o mês de janeiro, voltando à sua periodicidade normal em fevereiro. Durante esse período, serão produzidos boletins eletrônicos, específicos por banco ou de interesse geral da categoria, caso seja necessário.

Para receber nossos boletins virtuais, cadastre-se no site www.bancariosdf.com.br, link **Notícias no seu e-mail**.

RESTROSPÉ



JANEIRO

Bancários realizam dia nacional de luta

A CEE/Caixa (Comissão Executiva Nacional dos Empregados) realizou o dia nacional de luta pelo atendimento às reivindicações relacionadas à nova função de caixa, ao redimensionamento de dívidas e às pendências da RH 008. O objetivo da manifestação foi forçar a Caixa a atender às reivindicações do funcionalismo.

A pressão dos empregados e suas entidades representativas conseguiu que fossem abertas negociações acerca da implantação da nova função de caixa, medida que havia sido anunciada pela direção da empresa sem levar em conta as discussões que vinham sendo feitas com o movimento sindical. Forçou também que o banco elevasse em 10% o número de vagas de caixa previsto na CI 003/05, passando de 6.064 para 6.670, decisão que foi anunciada no dia 19.



FEVEREIRO

Após pressão dos Sindicatos, Caixa anuncia substituição de 3.300 terceirizados

A Caixa confirmou a contratação de até 3.300 pessoas para este ano com o objetivo de substituir os terceirizados por quadros fixos. Antiga reivindicação do movimento sindical bancário, a medida, além de aumentar a eficiência do atendimento aos clientes, inverte a tendência de terceirização do sistema financeiro nacional.

O banco conta hoje com 101.744 funcionários, sendo que 68.257 são concursados e 18.541 prestadores de serviço, além de estagiários e aprendizes. “Uma boa medida para acabar com a terceirização e regularizar a situação de muitos trabalhadores no banco”, afirmou Enilson da Silva.

Funcionários denunciam assédio moral na Caixa

O Sindicato recebeu denúncia de assédio moral na Caixa. Brincadeiras sem teor ofensivo aparente, além de pidades de mau gosto, o que também caracteriza assédio moral, eram rotina no ambiente de trabalho do bancário, todas praticadas por seu superior. O Sindicato registrou a denúncia e tomou as devidas providências.



MARÇO

Bancários exigem redução de juros e aumento de prazo

Redução dos juros e aumento do prazo. É o que exigiram os bancários da Caixa, inconformados com as condições para renegociação das dívidas impostas pelo banco conforme CI SUPES/SUPRO-001/06 divulgada no início deste ano. O banco ofereceu até 60 meses para quitação das pendências dos empregados, com taxas de juros que variam de 1,85% a 3,44%, mas, na prática, o prazo é de apenas 36 meses. Os bancários esperavam prazo real em torno de 60 meses a juros mais baixos.

A CI SUPES/SUPRO-001/06, que não contou com o apoio da Comissão de Empresa, surpreendeu o funcionalismo

da Caixa, já que as condições impostas diferem bastante daquelas que o mercado apresenta para as mesmas condições. “Além dos juros absurdos, salta aos olhos o descaso da empresa com o tema quando se observa o prazo para pagamento das dívidas”, reiterou o secretário-geral do Sindicato, Enilson da Silva.

Sindicato envia protesto ao senador Arthur Virgílio

O Sindicato enviou carta ao senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) protestando pela forma desrespeitosa com que ele se referiu aos empregados da Caixa em entrevista concedida ao Bom Dia Brasil, da TV Globo, no caso da violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo. O tucano chamou os bancários da Caixa de “empregadinhos”.

Bancários negociam implantação do Sipon

A Comissão Executiva dos Empregados e a direção da Caixa Econômica Federal realizaram rodada de negociações para tratar da seguinte pauta: balanço sobre complementação do cargo de caixa/PV, implantação do projeto-piloto sobre Sistema de Ponto Eletrônico (Sipon) e outros itens referentes ao processo de negociações permanentes.

Ministério da Fazenda aprova novo plano da Funcef

O Ministério da Fazenda aprovou os documentos contendo as regras do novo plano da Funcef e saldamento. Em seguida, o novo plano foi aprovado pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (Dest), do

ATIVA 2006

Ministério do Planejamento, e pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), do Ministério da Previdência e Assistência Social, o que deve ocorrer nos próximos dias. O texto do novo plano foi remetido para os órgãos do governo em dezembro do ano passado.



ABRIL

Pressão do Sindicato resulta em punição

O Sindicato conseguiu mais uma vitória contra o assédio moral na Caixa. Após denúncias de bancários, o banco retirou a função do agressor como punição. O Sindicato informa que continua recebendo denúncias de assédio moral.

Sindicato, Fenae e Apcef realizam ato em defesa da Caixa



O secretário-geral do Sindicato, Enilson da Silva, fala durante ato em defesa da Caixa

O Sindicato, a Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa (Fenae) e a Associação de Pessoal da Caixa (Apcef) promoveram, em abril, ato em defesa da Caixa Econômica Federal. Realizada em frente à Matriz, no horário do almoço, a manifestação fez parte da campanha "O Brasil precisa da Caixa". Participaram a deputada distrital e empregada da Caixa,

Erika Kokay (PT), o presidente e o diretor da Fenae, respectivamente, José Carlos Alonso e Jair Pedro Ferreira, também membro da Comissão Executiva dos Empregados da Caixa (CEE Caixa).

Associados conquistam paridade na Funcef



Momento Histórico Assinatura do Novo Plano da Funcef, em reunião do Conselho Deliberativo realizada no dia 22 de dezembro de 2005. Da esquerda para a direita: Sérgio Francisco da Silva (Diretor de Benefícios), Lucimara Moraes Lima (gerente do Departamento Jurídico), Carlos Caser (Diretor de Controladoria), Demóstenes Marques (Diretor Financeiro) e Jorge Arraes (Diretor Imobiliário)

Os empregados da Caixa obtiveram uma conquista histórica, depois de quase uma década de luta: o direito de paridade na Diretoria Executiva da Funcef. A partir de agora, vão eleger por voto direto e secreto três dos seis diretores executivos, ampliando a participação dos associados e a democracia na gestão do fundo de pensão.

Sindicatos levam demandas à nova presidenta da Caixa

A nova presidenta da Caixa, Maria Fernanda Coelho, recebeu representantes de sindicatos de bancários e de entidades dos empregados para tratar das demandas dos trabalhadores e das pendências nas negociações entre as partes. Foram tratados no encontro assuntos como



Maria Fernanda Coelho, nova presidenta da Caixa, recebe dirigentes sindicais

a Convenção Nacional dos Bancários firmada em 2006, o RH 008, a questão do número de caixas executivos e o Sipon.



MAIO

Caixa cede e altera desconto dos dias parados



Os representantes dos empregados durante a retomada das negociações com a direção da Caixa, em Brasília

A direção da Caixa Econômica Federal cedeu e, na rodada de negociações permanentes com a CEE/Caixa assumiu o compromisso de retificar o item da circular interna Supis/Geret 077/06, referente à compensação das horas de 1 para 1 para o desconto dos dias parados na greve de setembro do ano passado. "Esse é um avanço significativo na postura da Caixa durante as negociações", afirma Enilson da Silva.

RESTROSPÉ



JUNHO

Aposentados da Caixa discutem pendências com a Funcef

O Sindicato e a Comissão dos Aposentados dos Bancários da Caixa de Brasília se reuniram com o diretor de Controladoria da Funcef, Carlos Alberto Caser, para discutir a solução de pendências relativas a perdas sofridas pelos aposentados em planos anteriores.



JULHO

Sindicato faz seminário para discutir novo plano da Funcef



O Sindicato realizou seminário para discutir o novo plano de benefícios da Funcef, o fundo de pensão dos empregados da Caixa. No seminário, que contou com a participação do diretor de Controladoria da Funcef Carlos Alberto Caser, os participantes fizeram os cálculos em um simulador disponibilizado pelo Fundo, para tirar as dúvidas sobre a melhor opção a fazer: migrar para o novo plano ou permanecer no atual.

Bancários garantem incorporação de função

Em mais uma rodada das negociações permanentes com a Comissão Executiva dos Empregados (CEE), a direção da Caixa comunicou que vai divulgar normativo determinando o retorno da incorporação a partir de 10 anos de exercício da função ou cargo.

O banco informou que será considerada a média das gratificações recebidas nos últimos cinco anos, podendo ser admitidas várias interrupções durante este período, mas nenhuma superior a 180 dias ou seis meses. Uma decisão com este objetivo vinha sendo cobrada pela representação dos empregados, que reivindica também a criação de adicional compensatório de perda de função de confiança ou cargo comissionado, com a revogação da RH 073.



AGOSTO

Sindicato pede revogação de decisão que discrimina quem optou pelo REB

A diretoria do Sindicato protocolou ofício endereçado à presidente da Caixa, Maria Fernanda Coelho, solicitando a revogação da decisão da diretoria de impedir a permanência no REG/Replan dos empregados que pediram migração para o REB em 2002.

“Trata-se de uma medida incontestavelmente contraditória e incoerente e que põe em xeque a seriedade, a credibilidade e o respeito que devem nortear a consciência, para esta tomada de decisão, dos bancários que preferiram migrar para o REB”, criticou a diretoria do Sindicato no ofício enviado à presidente da Caixa.

Sindicato realiza segundo seminário para debater novo plano da Funcef

O Sindicato realizou no dia 16 de agosto, o segundo seminário da série que a Funcef (fundo de pensão dos empregados da Caixa) promoveu em todo o Brasil para debater e discutir o novo plano de benefícios. O seminário contou com a participação do diretor financeiro da Funcef, Demóstenes Marques, que tirou dúvidas dos associados sobre a melhor opção a fazer: migrar para o novo plano ou permanecer no atual.

Bancários cobram solução de pendências do acordo passado

A CEE/Caixa se reuniu, em Brasília, com a direção da Caixa, quando cobrou solução para pendências de reivindicações específicas constantes no acordo coletivo firmado no ano passado.

“Foram debatidos problemas no programa Saúde/Caixa e algumas das questões pertinentes aos avaliadores de penhor, cuja dupla função (caixa e avaliador) vem causando prejuízos aos empregados do segmento e problemas de atendimento”, diz o secretário geral do Sindicato, Enilson da Silva.



SETEMBRO

Caixa enrola e não apresenta propostas

As negociações sobre as reivindicações específicas dos empregados com a Caixa Econômica mais uma vez termina-

ATIVIDADE 2006

ram sem avanços. Na rodada de discussões realizada nessa com a Comissão Executiva, o banco voltou a dizer que não tem resposta para o conjunto da pauta da categoria, entregue em agosto. O banco não sinalizou sequer em quais itens das reivindicações vai procurar avançar.



OUTUBRO

Bancários da Matriz I participam da greve



Em uma demonstração de mobilização, os bancários da Matriz I participaram ativamente da greve. Na foto, os empregados realizaram abraço simbólico do edifício.

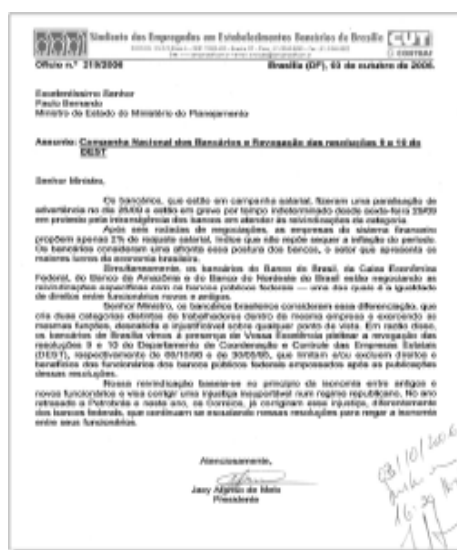
Audidores e advogados aderem à greve

Os advogados e os auditores da Caixa aderiram à greve da categoria. Os advogados encaminharam à sua associação nacional (Advocef) que oriente seus associados em todo o país a aderirem à paralisação dos bancários.

Sindicato pressiona governo por isonomia

O Sindicato exigiu do Ministério do Planejamento a revogação das resoluções 9 e 10 do Departamento de Coordena-

ção e Controle das Empresas Estatais (Dest), que impedem a isonomia nos bancos públicos entre novos e antigos funcionários (fac-simile).



Caixa melhora proposta e aumenta PLR

A Caixa apresentou uma nova proposta para as reivindicações específicas, que inclui novas cláusulas e uma melhoria substancial na PLR. A PLR da Caixa apresentada foi um mix da proposta da Fenaban com um programa próprio da empresa. O valor da PLR representaria, para os salários mais baixos, 80% do salário (sem limite de teto) mais a soma de todas as verbas (R\$ 3.167). E para as remunerações mais altas o valor a distribuído seria o de um salário integral, sem teto.



NOVEMBRO

Caixa não descontará dias parados após 31/12

Comunicado da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf/CUT) esclarece que não

haverá qualquer desconto em folha de pagamento após a data de 31 de dezembro deste ano, sendo que as horas negativas decorrentes da participação dos empregados da Caixa na greve da categoria bancária serão zeradas a partir de 1º de janeiro de 2007. O comunicado foi divulgado no último dia 30 e se contrapõe à informação equivocada fornecida pela Centralizadora de Atendimento Integrado (Ceati) da Caixa, segundo a qual o saldo negativo de horas devido à recente greve nacional dos bancários, ainda remanescente em 31 de dezembro de 2006, seria descontado em folha de pagamento em janeiro do próximo ano.



DEZEMBRO

Bancários protestam na Matriz para exigir revogação de CI



O Sindicato realizou no último dia 12, em frente à Matriz, manifestação para exigir a revogação da circular interna Supes/Gepes 293/06, que propõe de forma unilateral e autoritária a redução da jornada de trabalho dos empregados ocupantes de cargos técnicos que reclamam na Justiça o cumprimento da jornada de seis horas.

Durante a manifestação, o secretário-geral do Sindicato, Enilson da Silva, fez um histórico da luta pela implantação da jornada de seis horas na Caixa, conquistada com a greve nacional de 1986.

Bancários da Caixa conquistam nova vitória sobre RH008 e avanços na PLR

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas ao longo deste ano, os empregados da Caixa Econômica saíram vitoriosos da campanha salarial. Antes da assinatura do acordo de trabalho, o Conselho Diretor da Caixa aprovou no dia 15 de agosto uma resolução que autoriza a reintegração dos empregados demitidos pelo extinto normativo RH008. “Essa é uma vitória muito importante para uma reivindicação histórica dos empregados. Finalmente reparamos essa injustiça cometida pelo RH008. Foram mais de três anos de negociações e muita pressão para conseguirmos a reintegração”, afirma **Carlos Evaristo**, diretor de Assuntos Jurídicos do Sindicato.

A volta dos empregados demitidos pelo RH008 foi acertada em rodada de negociação permanente realizada no dia 25 de maio. Durante o encontro, a direção do banco aceitou recontratar os dispensados que já ingressaram com ações na justiça. Até então, apenas os que tinham conseguido liminar haviam garantido o retorno.

PLR/PCC

Em outubro, após rodada de negociação entre a Contraf-CUT, a Comissão Executiva dos Empregados da Caixa (CEE) e a Caixa, foram aprovadas mudanças no Plano de Cargos Commissionados (PCC) e proposta mais digna de PLR,

entre outros itens.

Na ocasião, a Caixa apresentou seis propostas para corrigir o PCC. Entre elas a criação do cargo em comissão de caixa RET/PV, posicionado no nível TA1 das tabelas de piso de referência de mercado e gratificação, correspondente a R\$ 1.450 e R\$ 299, respectivamente. A proposta prevê que o novo cargo seja criado em 1º de janeiro de 2007.



A empresa propôs ainda a extinção do cargo em comissão de gerente júnior, cujo piso hoje é de R\$ 3.413. Com isso esses empregados passariam a ser enquadrados nos cargos de gerente de relacionamento ou de atendimento. Neste caso, empregados com menos de seis meses de exercício ou participantes do banco de habilitados passariam a complementar o estágio no cargo antigo de gerente júnior. Aqueles com mais de seis meses serão imediatamente enquadrados no cargo de ge-

rente de relacionamento ou de atendimento, de acordo com o porte e mercado do PV de lotação. Para o cargo de gerente de relacionamento ou de atendimento, o piso poderá variar de R\$ 5.240 a R\$ 6.689.

Houve avanço também em relação aos avaliadores de penhor. A proposta da empresa é de que seja criado o cargo em comissão de avaliador de penhor sênior, posicionado no nível TA7, com piso de referência de mercado de R\$ 4.066 e gratificação de R\$ 1.508 para jornada de oito horas. Para o avaliador com jornada de seis horas, o piso de referência de mercado fica em R\$ 3.049 e a gratificação em R\$ 1.130. Isso representa um aumento salarial de 14% em relação ao avaliador de penhor pleno. Em 1º de janeiro de 2007, serão abertas 180 vagas para o nível sênior.

Para os cargos técnicos e de assessoramento, a Caixa propôs a criação de mais cinco faixas salariais horizontais, com interstício de 2%. A medida beneficia cerca de 24 mil empregados, inclusive o caixa de PV e o avaliador de penhor. A movimentação passará a ser anual, via avaliação de desempenho individual. Caberá ao Conselho Diretor aprovar a quantidade de empregados promovidos, em janeiro de cada ano. Para 2007, a promoção já está definida e será de 30% dos 24.500

empregados envolvidos.

Para os empregados que atenderem os pré-requisitos, a empresa aceitou conceder um delta ou nível salarial no cargo efetivo. Com isso serão beneficiados todos os bancários da ativa integrantes da Parte Permanente do Quadro de Pessoal, inclusive os cedidos, os liberados para sindicatos e os licenciados sem suspensão do contrato de trabalho. Neste caso, conforme previsto no Plano de Cargos e Salários (PCS), a alteração da referência salarial do empregado por esta modalidade não interfere nas promoções futuras por antiguidade devidas aos empregados. Serão beneficiados os empregados admitidos até 30 de novembro.

Após pressão dos sindicatos, a diretoria da Caixa aprovou ainda a unificação da carreira profissional dos PCSs de 1989 e de 1998, com a criação de nova estrutura em 36 níveis, possibilitando aos empregados que tenham aderido ou que venham a aderir ao Novo Plano de benefícios da Funcef a adesão às novas condições da carreira profissional.

A Caixa aceitou pagar o modelo de PLR firmado com a Fenaban, acrescida de uma participação adicional. O benefício extra foi pago de forma linear para todos os empregados, proporcional aos dias trabalhados em 2006.